

Mudança na condução da economia deve vir a médio prazo, apostam analistas

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

A mudança de comando no Ministério da Fazenda alimentou a expectativa de alterações na política econômica e até mesmo de pacote ou choque. Embora o pedido de demissão de Paulo Haddad — já substituído por Eliseu Resende — tenha sido oficialmente explicado pelo seu descontentamento com a nomeação de diretores do Banco Central (BC) sem que tenha sido ouvido, ele ocorreu na sequência de duras críticas do presidente Itamar Franco em relação à política econômica.

Nos últimos dias, o presidente não escondia sua insatisfação com os níveis elevados de inflação nem com a perspectiva acenada por Haddad de que um combate mais frontal ocorreria em sessenta a setenta dias. "O grupo que conseguiu derrubar Haddad quer resultados imediatos. Os boatos de choque, que já existiam sexta-feira, vão aumentar. Os agentes econômicos são razoavelmente racionais para saber que vai haver um choque, mais cedo ou mais tarde. A inflação nunca acabou gradualmente", disse o ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira.

O ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, afirmou que o mercado financeiro ficou agitado, ontem, esperando um novo plano econômico até sexta-feira. "O raciocínio é que o ministro caiu porque havia algo de errado com sua política econômica. Daí a expectativa de mudanças. Na realidade, porém, é preciso esperar o que o novo ministro vai dizer a respeito de seus planos".

O ex-ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, afirmou que "aumentou o risco de intervenções na economia, mas não nos próximos 30 dias, a menos que se queira fazer uma loucura". Nóbrega observa que "o ritual não é simples. Até ser possível redigir uma lei leva tempo. O novo ministro precisa, primeiro, formar sua equipe. O Senado deve aprovar o nome do novo presidente do BC. A equipe terá que se reunir para examinar as alternativas".

Imediatamente, acrescentou, Eliseu Resende terá uma trégua do grupo que derrubou Haddad. "O grupo está vitorioso e vai recolher os flaps pois não tem porque fazer grandes pressões". Nóbrega identifica esse grupo com o círculo íntimo do presidente Itamar, que considera a "inflação fenômeno religioso e quer uma saída instantânea e indolor".

PREÇOS

Não há consenso entre os economistas sobre os efeitos da mudança no ministério sobre a inflação (ver matéria ao lado). Para o ex-secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, houve "uma deterioração de expectativas" e cresceu o sentimento de que poderá haver um controle de preços, uma vez que Itamar já manifestou-se favorável a

um controle seletivo. Esse clima, continuou, vai afetar os próximos índices de inflação.

Pastore, Bresser e Nóbrega, porém, acreditam que os efeitos sobre os preços não serão relevantes. "O reflexo é marginal. A remarcação preventiva tem seus limites. Se o preço subir muito não se consegue vender. As grandes mudanças de patamar da inflação só ocorrem quando se encerra um ciclo de inflação reprimida", observou Pastore.

Bresser espera um movimento preventivo de remarcação — "nada de dramático" — e sugeriu que o governo facilitasse o processo autorizando a indexação dos contratos pelo dólar, mantendo a liquidação em cruzeiros. "Assim, quando fosse estabelecida a âncora cambial, com a fixação da taxa de câmbio, já estariam todos razoavelmente satisfeitos." Para ele, a âncora cambial permite o "ataque frontal à inflação".

O diretor do Banco Marka, Francisco de Assis, acha porém que "os formadores de preços" não reagem como o mercado financeiro ou os economistas, descartando algum impacto da troca de ministros na inflação, a curto prazo. Analisando os principais grupos que pesam mais na inflação, Assis afirmou que a mudança no ministério não tem motivos para afetar os preços agrícolas e as tarifas públicas, por exemplo. O setor do vestuário, acrescentou, está com preços em queda por causa das liquidações da moda verão, que vão se prolongar até o final deste mês, em São Paulo, e até abril, no Rio. O setor de alimentos industrializados, onde poderia haver alguma agitação, está sendo observado de perto pelo governo, que já ameaçou usar a lei de abuso econômico e reduziu as alíquotas de importação.

Para o presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, Carlos Antonio Luque, a inflação "não deve subir de modo significativo por causa da ociosidade da indústria".